



Estados vão ao Supremo contra cálculo que retirou R\$ 4,8 bi em repasses ao FPE

Em busca de recursos, 23 governos regionais e o DF pedem ao STF mudança em regra, em vigor desde 2018, que ampliou o uso do abatimento de impostos por meio do crédito tributário

Amanda Pupo, O Estado de S. Paulo

24 de setembro de 2019 | 04h00

BRASÍLIA - Em uma cruzada por mais recursos, 23 Estados e o Distrito Federal alegaram ao **Supremo Tribunal Federal (STF)** que os cofres estaduais deixaram de receber R\$ 4,8 bilhões da União por causa da mudança de uma regra que ampliou o uso que as empresas fazem de abatimento de impostos utilizando créditos tributários. Os governos estaduais, amparados em estudo do Comitê de Secretários de Fazenda (Comsefaz), pedem que o STF determine uma alteração na forma como o dinheiro do **Fundo de Participação dos Estados (FPE)** é calculado.

Segundo eles, a alteração nas regras de compensação tributária em vigor desde meados de 2018 resultou numa queda “abrupta” no montante destinado ao FPE, que estaria afetando os serviços públicos e o planejamento financeiro dos Estados. O pedido só não conta com a assinatura de São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Os três Estados foram procurados pela reportagem, mas não informaram até o fechamento desta edição o motivo de não participarem da ação. A peça foi apresentada pelo Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal (Conpeg) ao Supremo no dia 18, e quem vai analisar o pleito é o ministro **Ricardo Lewandowski**.



O ministro Ricardo Lewandowski Foto: André Dusek/Estadão

Ao STF, os secretários de Fazenda estaduais alegam que o cerne do problema está no modelo de compensação tributária adotado pela União, combinado a uma nova norma

da **Receita Federal**. Esse sistema permite que as empresas que utilizam o eSocial façam compensação “cruzada” com a contribuição previdenciária (CP).

Se o empresário tem um crédito resultante do pagamento da contribuição previdenciária pode compensá-lo no pagamento de algum imposto federal, como **IR**. A União passa uma parte dos tributos aos Estados. Com a compensação, a parcela dos Estados fica menor.

De acordo com os secretários, o grande desafio é que, com essa nova regra, a Receita também passou a trabalhar com um prazo de 30 dias para contabilizar as compensações. A avaliação é de que o Fisco não tem estrutura para analisar todos os pedidos nesse período, deixando que contribuintes usufruam dos créditos “sem nenhuma verificação de sua validade”.

“Essas compensações só eram efetivadas quando a Receita dava o aval. Mudança no prazo é fundamental”, diz o diretor do Comsefaz, André Horta. Outra questão observada pelo comitê é que, apesar de a nova lei prever esse prazo apenas para as contribuições previdenciárias, a Receita tem adotado o mesmo período para as contribuições sociais, o que reduz ainda mais o montante dos repasses aos fundos constitucionais.

“Ou seja, mesmo as declarações com erro e aquelas que de forma deliberada produzirem artificialmente crédito para as empresas serão consideradas na dedução das transferências para o FPE”, afirmam os secretários. “Agora houve um refluxo dos prazos, insuportável para as finanças estaduais e municipais brasileiras em tempos de crise.”

Segundo cálculos do Comsefaz, em 2017, as restituições e compensações do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) representaram em média 2,4% da arrecadação bruta do IR. Em setembro de 2018, o indicador saltou para 25,6%, e se mantém num patamar elevado. Em maio deste ano, ficou em 6,6%. Até setembro de 2017, a média era de 1,7%.

Perdas no FPE

Alteração nas regras que levaram à ação dos Estados está em vigor desde meados de 2018

EM MILHÕES DE REAIS*

BA	448,4
CE	349,5
MA	345,4
PE	329,4
PA	296,3
PB	229,3
MG	217,9
PI	208,4
TO	205,6
AL	203,9
RN	199,0
SE	197,4
AC	168,0
AP	165,4
AM	144,2
GO	139,1
RO	139,1
PR	136,9
RR	119,5
MT	111,5
RS	108,6
RJ	79,7
ES	77,1
MS	65,4
SC	62,7
SP	46,5
DF	33,1

*Preços de maio de 2019

Fonte: Comsefaz

Perda

Os números levaram à conclusão de que houve uma supressão de R\$ 4,8 bilhões nos repasses do FPE em nove meses – entre setembro de 2018 e maio de 2019. A maior perda foi registrada na Bahia. De acordo com o Comsefaz, foram R\$ 448,4 milhões não creditados em função da nova regra.

Se o pleito de que os repasses ao FPE não considerem as deduções de compensações cruzadas não for atendido pelo STF, os secretários sugerem como alternativa que apenas a metade das compensações sejam consideradas.

Para embasar o “plano B”, o comitê cita manifestação de um consultor da União, segundo o qual os pedidos de restituição, ressarcimento, reembolso e compensação em quase 50% das vezes são indeferidos ou indevidos.

“É plenamente possível que a União altere seus procedimentos internos de gestão fiscal e tributária, mas essas mudanças devem preservar as relações federativas”, afirmam os secretários.

Procurado para se manifestar sobre as alegações dos Estados, o Ministério da Economia apenas informou até o momento que a **Advocacia-Geral da União (AGU)** “vai atuar em defesa da União nesse caso”.

Expectativa é de déficit para estatais, Estados e municípios

Projeção anterior do Ministério da Economia apontava que esses grupos teriam superávit neste ano

Por **Fabio Graner** — De Brasília

24/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas



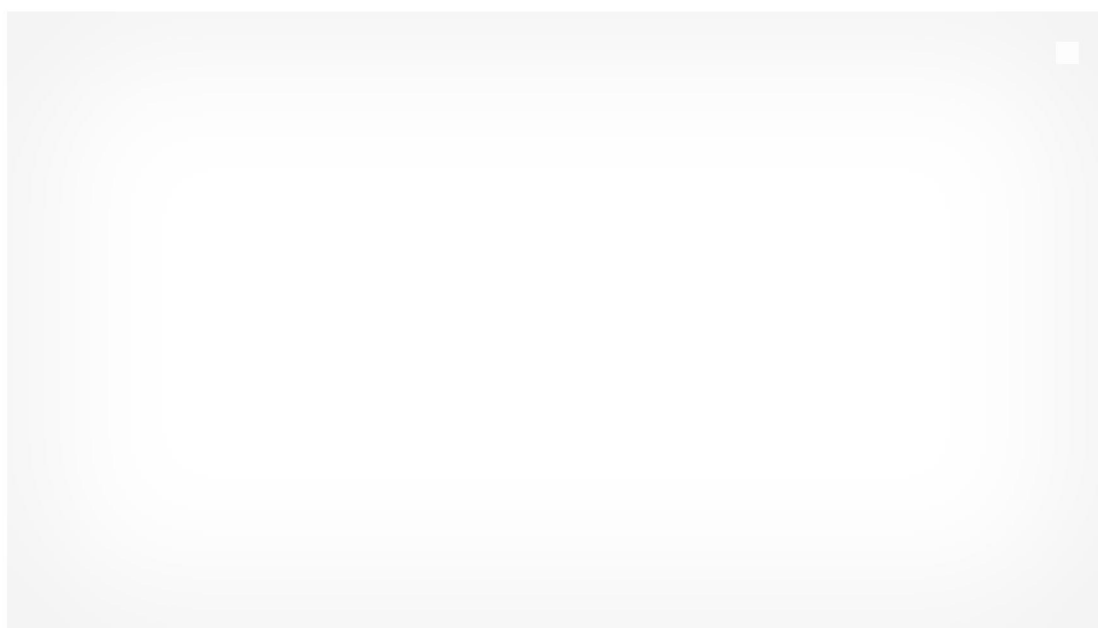
Ana Carla Abrão, ex-secretária da Fazenda de Goiás: Problema do quadro fiscal apresentado pelo Estados é dez vezes mais grave do que o da União — Foto: Anna Carolina Negri/Valor

O Ministério da Economia promoveu uma significativa piora nos resultados fiscais esperados para as empresas estatais federais e também para Estados e municípios. O desempenho projetado para as empresas do governo (que não inclui bancos, Petrobras e Eletrobras) saiu de um saldo positivo de R\$ 847 milhões para um déficit de R\$ 1,25 bilhão. Nos governos subnacionais, a virada foi maior, com a estimativa

para o ano passando de R\$ 200 milhões de superávit transformada em projeção de R\$ 3,3 bilhões de saldo negativo. Ou seja, os dois grupos somados tiveram uma piora nas estimativas para o ano de R\$ 5,5 bilhões.

A situação das estatais ainda é confortável do ponto de vista da meta fiscal, que é de um déficit de R\$ 3,5 bilhões. Mas o quadro não é favorável economicamente. Afinal, não bastasse o conjunto das empresas nem sequer conseguir um equilíbrio entre receitas e despesas, isso ocorre com redução praticamente à metade das estimativas de investimentos dessas companhias, que ficou em R\$ 1,5 bilhão para o ano.

PUBLICIDADE



inRead invented by Teads

Uma fonte do governo explica que essa deterioração reflete a menor capacidade de se fazer aportes do Tesouro nas empresas, o que reduz a receita esperada, bem como as estimativas de investimentos. Esse interlocutor pondera, contudo, que as empresas maiores - Petrobras e Eletrobras - não estão na estatística fiscal e têm um desempenho bem melhor, o que não deveria ser desconsiderado.

No lado de Estados e municípios, a deterioração é mais significativa e preocupante. Apesar de o resultado até julho mostrar uma substancial economia de cerca de R\$ 18 bilhões, o governo acredita em uma forte virada até o fim do ano, ficando inclusive muito longe da meta de resultado positivo de R\$ 10,5 bilhões.

De acordo com o relatório, a piora decorre da expectativa de que outros entes irão aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (a Lei de Falência dos Estados), além do Rio de Janeiro, que já está. Além disso, o documento do governo destaca que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem concedido liminares permitindo não pagamento de dívida por Estados e isso piora o resultado primário desses entes.

Apesar da grande distância para a meta, o Tesouro não tem intenção de compensar esse rombo. A leitura é que isso demandaria um corte adicional de despesas em um Orçamento já bastante apertado. Para ter uma ideia, se fosse completar a diferença entre a meta dos Estados e municípios e o resultado esperado, o governo não poderia ter feito a liberação de despesas anunciada na sexta-feira passada.

Uma fonte do setor privado que pediu anonimato avalia que os números do relatório bimestral, com a piora nas estimativas para os entes federativos e sem compensação pela União, mostram uma sinalização de um processo ainda mais gradual de consolidação fiscal. O interlocutor reforça que é preciso trabalhar nos Estados e municípios a questão dos gastos obrigatórios, em especial o problema previdenciário, principal despesa hoje dos governos regionais.

Para a ex-secretária da Fazenda de Goiás e sócia da consultoria Oliver Wyman, Ana Carla Abrão, a expectativa de uma forte deterioração das contas no fim do ano é parte do processo orçamentário desses entes, que seguram seus gastos no primeiro semestre e no fim do ano liberam pagamentos para cumprir os valores mínimos definidos na Constituição para saúde e educação. “O resultado fiscal desses entes é menos decorrente de atos de gestão e mais uma consequência da disponibilidade de receitas”, comentou.

Essa dinâmica, contudo, não reduz a preocupação com o quadro fiscal dos entes subnacionais. “O problema dos Estados é dez vezes mais grave que o da União”, disse, lembrando que o STF tem sido benevolente e autorizado a falta de pagamento de dívidas. “Mesmo assim, a situação só piora”, afirmou, explicando que é preciso atacar a questão previdenciária, com o Congresso aprovando a “PEC paralela” que inclui os entes na reforma aprovada pela Câmara.

Ana Carla também concorda com a decisão do governo federal de não compensar a frustração do resultado dos estados e Municípios. “É preciso deixar explícito o problema”, disse.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 23/09/2019	Caderno: Economia e Negócios



Guedes escala trio para tocar reforma tributária no Congresso

O secretário Especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, será a “cara política” da reforma para as negociações com o Congresso

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

23 de setembro de 2019 | 22h52

BRASÍLIA - O ministro da Economia, [Paulo Guedes](#), designou um trio para tocar a proposta de reforma tributária que o governo ainda vai enviar ao Congresso.

O secretário Especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, será a “cara política” da reforma para as negociações com o Congresso. Para cuidar da parte técnica, Guedes designou a dupla formada pelo novo secretário da **Receita Federal**, José Tostes Neto, e a tributarista Vanessa Canado, diretora do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF).



O ministro da Economia, Paulo Guedes. Foto: José Cruz/Agência Brasil - 3/7/2019

Vanessa, que já vinha participando das reuniões técnicas do Ministério da Economia, vai entrar oficialmente para o time de Paulo Guedes. O cargo ainda está sendo definido, mas ela ser nomeada assessora de Guedes. O ministro queria nomeá-la para comandar a Receita, mas escolheu um servidor de carreira do Fisco para evitar o agravamento da crise institucional no órgão.

Tostes e Vanessa já participaram nesta segunda-feira da reunião sobre reforma tributária com o ministro Paulo Guedes. Ficou decidido que o governo vai enviar o projeto de lei para unificação do PIS e Cofins num tributo nos moldes do **Imposto de Valor Agregado (IVA)**. No futuro, esse novo tributo poderá ser acoplado ao IVA que reunirá o **ICMS** (dos Estados) e o ISS (dos municípios), que exigirá um prazo de

transição federal e aprovação de uma PEC. Já o novo tributo do governo federal poderá entrar em funcionamento mais rápido, já no próximo ano.

O projeto será enviado ao Congresso nos próximos dias, provavelmente já na próxima semana, e antes da proposta de reformulação do **Imposto de Renda (IR)**. "Semana que vem a gente já começa a entrar com nossa proposta tributária", garantiu o ministro durante palestra em Belo Horizonte na noite desta segunda-feira.

A proposta do governo pode caminhar mais rapidamente do que a PEC 45 de reforma tributária de autoria do deputado Baleia Rossi, líder do MDB e que foi preparada pelo CCI-F, comandada pelo economista Bernard Appy.

Como Vanessa é originária do CCI-F, ela vai trabalhar na "acoplagem" das propostas. O governo negocia com a Câmara e o Senado a formação de uma comissão mista para fazer a convergência das propostas. Hoje, cada Casa tem sua própria reforma.

Já as simulações para as mudanças no IR ainda não estão concluídas. A equipe econômica avalia o que pode ser feito reduzindo apenas as alíquotas, sem necessidade de aprovação de projeto pelo Congresso. Como mostrou reportagem do Estado, publicada na semana passada, o governo deverá reduzir as chamadas "bondades" que pretendia fazer para os contribuintes no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). O futuro da proposta de desoneração da folha de salários ainda é incerto devido à dificuldade de arrumar fonte de receita alternativa, **já que um novo imposto nos moldes da CPMF foi abandonado.**

FOLHA DE S.PAULO



REFORMA TRIBUTÁRIA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/MERCADO/REFORMA-TRIBUTARIA](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/reforma-tributaria))

Paulo Guedes diz que proposta de reforma tributária deve ser apresentada na próxima semana

Ministro também defendeu que o ataque ao pacto federativo é a coisa mais importante no momento

23.set.2019 às 21h57

Atualizado: 23.set.2019 às 23h16

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/24/>)

Fernanda Canofre

BELO HORIZONTE O ministro Paulo Guedes (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/apos-veto-de-bolsonaro-guedes-volta-a-defender-imposto-sobre-pagamentos.shtml>) afirmou nesta segunda-feira (23) que o governo deve apresentar sua proposta para a reforma tributária (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/reforma-tributaria/>) na próxima semana ao Congresso Nacional.

“Estamos rearrumando a turma, para ver quem vai dançar, e vamos entrar lá e dançar já, já. Semana que vem acho que a gente já começa a entrar com a nossa proposta tributária”, afirmou o ministro.

Na fala em um evento do promovido pelo Instituto de Formação de Líderes (IFL), em Belo Horizonte, Guedes também explicou porque o governo freou a apresentação da proposta de reestruturação do pacto federativo logo depois da reforma à previdência.




O ministro da Economia, Paulo Guedes, no auditório do edifício do Ministério da Economia no Rio de Janeiro, para comentar o anúncio do acordo automotivo entre Brasil e Argentina. - Claudia Martini/Futura Press/Folhapress

Usando metáforas de dança, ele disse que foi preciso acertar o passo, já que “às vezes um pisa no pé do outro”, para afinar o tom com o Congresso depois das pautas de reforma tributária levantadas pelo deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP) e pelo ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), e do imposto único pelo deputado federal Luciano Bivar (PSL-PE).

“Tem uma questão de timing político. Se eu quiser fazer uma reforma do pacto federativo, e a Câmara e o Senado disserem que não, que vão fazer a tributária, eu tenho que recuar e falar que temos que fazer a tributária”, afirmou ele.


Guedes não deu mais detalhes sobre o que estará incluído na proposta tributária a ser apresentada e ressaltou que a reforma do pacto federativo ainda é vista como “a coisa mais importante no momento” pelo governo. [SEP]


[SEP]

Há menos de duas semanas, o então secretário especial da Receita, Marcos Cintra, foi demitido após defender publicamente a criação de um imposto sobre pagamentos como forma de substituir ou reduzir outros impostos, um dos pilares da reforma planejada pela equipe econômica. 

Ainda nesta segunda, o próprio Guedes voltou a defender a ideia do imposto (comparado à antiga CPMF) em entrevista à rádio Jovem Pan. Para ele, o tributo serviria para baixar outras alíquotas e não seria “cruel” como encargos trabalhistas. (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/apos-veto-de-bolsonaro-guedes-volta-a-defender-imposto-sobre-pagamentos.shtml>)

No evento em Minas Gerais, defendendo “mais Brasil, menos Brasília”, o ministro criticou ainda o sistema que compromete orçamentos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/em-meio-a-cortes-orcamento-destina-r-47-bi-de-vantagens-para-militares.shtml>) de estados e municípios para determinados setores e defendeu que os entes federativos tenham mais liberdade para decidir o destino das verbas.

“Estamos comprometidos com a descentralização do poder, a descentralização dos recursos. Queremos que a república federativa brasileira seja construída de baixo para cima, e não de cima para baixo”, disse ele. 

Guedes também voltou a responder às críticas de que o governo não estaria entregando o que prometeu e adiando metas. Segundo o ministro, o primeiro ano é de sacrifício e de plantar. No segundo, a economia já começará a se mover melhor; no terceiro, decolará e, no quarto, terá “velocidade de cruzeiro”. 

“Não queremos cair no problema que a Argentina caiu, de hesitar no primeiro ano, hesitar no terceiro, no final está tudo degradingando. E aí a tragédia final, voltam os que quebraram. A turma que quebra volta para acabar de quebrar. Eu não posso falar isso porque é um governo novo que vem aí. Tenho que fazer assim [faz gestos de positivo com os dedos] e dizer que ‘tamô junto’”.

PRIVATIZAÇÕES

No início de sua fala, Guedes lembrou que estudou na UFMG e viveu em Belo Horizonte entre os dois e os 22 anos de idade. O ministro prometeu ainda dar apoio para o governo de Romeu Zema (Novo)

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/zema-e-homenageado-pelo-governo-de-mg-com-medalha-que-prometeu-extinguir.shtml>), que também se identifica como liberal, para a privatização de estatais.

“Ao invés de ele sacar tudo e entregar para quem quebrou depois, deixa pelo menos ele ter uma antecipaçãozinha e dar um canudinho para ele respirar aí um tempo. Ele merece”, declarou. Guedes defendeu que o BNDES

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/bndes-pagou-r-12-bi-a-mais-por-obras-no-exterior-diz-tcu.shtml>) também será usado para viabilizar privatizações.

Zema abriu o mesmo Fórum Liberdade e Democracia, na tarde de segunda. O governador de Minas Gerais voltou a defender pautas que tem tratado em todas seus discursos recentes, como as reformas como a da previdência e a tributária e a necessidade de rever o papel do Estado^[1]_[SEP].

“Quero ser o governador de Minas que mais vai perder poder durante o seu mandato. Quero perder todas as estatais. Já perdi nove secretarias, como eu disse eram 21 e ficaram 12, e ainda quero perder muito mais, porque o poder não é do Estado, o poder pertence a vocês e ao povo”, afirmou ele.

^[1]_[SEP]Paulo Guedes também defendeu a ideologia do governo de Jair Bolsonaro (PSL) (<https://www1.folha.uol.com.br/especial/2018/governo-bolsonaro/>), dizendo que a população votou em “conservadores nos costumes, liberais [na economia]” depois do que ele vê como mais de 30 anos de esquerda e social-democracia no poder. O governo atual, diz ele, é de centro-direita, com "democracia vibrante".

“Normalmente, os liberais são chamados para reconstruir. Tocaram fogo no Chile, 30 anos atrás, economia miserável, pobre, numa hiperinflação, exatamente o que está acontecendo na Venezuela hoje. A economia foi degenerando, a hiperinflação subindo, de repente vem um choque liberal. O Chile hoje tem uma renda per capita de quase duas vezes a do Brasil”, declarou.

FOLHA DE S.PAULO



DELTA FOLHA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/DELTA FOLHA/](https://www1.folha.uol.com.br/deltafolha/))

Reforma da Previdência deve ser maior mudança na Constituição, em número de palavras

Texto no Senado é mais que o dobro da maior alteração já aprovada na Carta de 88

23.set.2019 às 8h00

Daniel Mariani

Diana Yukari

Fábio Takahashi

SÃO PAULO O projeto da reforma da Previdência, que caminha para ser aprovado nos próximos dias no Senado, possui mais de 12 mil palavras. Até hoje, a maior alteração na Carta ocorreu com emenda de 1998, conhecida como reforma administrativa, que teve 5 mil palavras.

Para se ler o texto completo da atual reforma

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/relator-rejeita-emendas-e-previdencia-caminha-para-votacao-na-proxima-semana.shtml>) previdenciária, que aumenta o tempo de contribuição do

trabalhador, é necessário ao menos uma hora de atenção, considerando um leitor médio.

O cálculo de tempo para a leitura da reforma em curso (uma hora) é conservador — a métrica tem como base a velocidade necessária para textos mais simples, em geral vistos no ensino fundamental.

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Previdência, por sua vez, possui trechos complexos, como "a existência de superávit atuarial não

Assinado com Folha de S.Paulo

Gerenciar

constitui óbice à extinção de regime próprio de previdência social e consequente migração para o Regime Geral de Previdência Social".

Até hoje foram aprovadas 101 emendas constitucionais para a Carta de 1988. Os textos de todas elas foram considerados na análise da Folha.

A reportagem também estudou 1.010 das 1.277 propostas de emendas constitucionais no Senado feitas para a Constituição de 1988. Foram descartadas as que não possuíam informações no sistema online do Senado ou que o formato do arquivo não permitia leitura digital.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/reforma-da-previdencia-deve-ser-maior-mudanca-na-constituicao-em-numero-de-palavras.shtml>

FOLHA DE S.PAULO



GOVERNO BOLSONARO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/ESPECIAL/2018/GOVERNO-BOLSONARO](https://www1.folha.uol.com.br/especial/2018/governo-bolsonaro))

Não queremos uma Receita abusiva, envolvida em tumultos políticos, diz Guedes

Declarações são dadas menos de duas semanas após a troca de comando do órgão

23.set.2019 às 15h30

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/24/>)

Fábio Pupo

BRASÍLIA O ministro da Economia, Paulo Guedes

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/apos-veto-de-bolsonaro-guedes-volta-a-defender-imposto-sobre-pagamentos.shtml>), afirmou que o governo defende mudanças na Receita Federal que façam sua atuação não ser “abusiva” e que a deixem distante de “tumultos políticos”.

“Estamos dispostos a fazer uma renovação no espírito

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/jose-barroso-tostes-neto-sera-novo-secretario-da-receita.shtml>) da Receita. Não queremos uma Receita Federal abusiva, que se exceda, envolvida em tumultos políticos”, disse em entrevista à rádio Jovem Pan nesta segunda-feira (23).

As declarações são dadas menos de duas semanas após a troca de comando na Receita (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/governo-bolsonaro-estuda-mudancas-a-conta-gotas-em-ministerios.shtml>) e em meio a pressões da classe política sobre a atuação do órgão.



O próprio presidente Jair Bolsonaro, lembra Guedes, diz acreditar que o filho Flávio Bolsonaro tem sido perseguido por investigadores

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/venham-para-cima-nao-vao-me-pegar-diz-bolsonaro-sobre-investigacao-de-flavio.shtml>). Segundo Guedes, as reclamações sobre o Fisco vêm também dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).



O ministro da Economia, Paulo Guedes, no auditório do edifício do Ministério da Economia no Rio de Janeiro - Claudia Martini - 07.set.2019/Folhapress

Guedes lembrou também que o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Dias Toffoli, determinou em julho a suspensão (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/toffoli-atende-a-pedido-de-flavio-bolsonaro-e-suspende-inquerito-com-dados-do-coaf.shtml>) nacional de todos os processos judiciais em andamento no país que usem dados fiscais e bancários compartilhados sem autorização judicial por Receita, Banco Central e e Coaf.

“A Receita Federal virou uma fronteira de disputa. O presidente do Supremo teve que fazer uma intervenção na Receita Federal porque eles [investigados] estavam aparentemente sob suspeita do algoritmo, que estaria fazendo perseguições políticas”, disse.

“Aí vem o presidente da Câmara e reclama também, o presidente do Senado reclama. Aí o presidente da República estava achando que tem filho perseguido pela Receita”, continuou Guedes.

Para Guedes, há atualmente uma luta no país. “De um lado, a caravana da Lava-Jato. Os Cavaleiros do Zodíaco contra o establishment. Do outro, o establishment defendendo a impunidade. Ou defendendo a Constituição contra os abusos do Ministério Público. Quando começam esses conflitos, essa complexidade, você tem que impedir misturas tóxicas”, afirmou.

Na entrevista, Guedes chega a mencionar a existência da tese de um suposto uso político de Receita e Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, responsável por monitorar atividades financeiras). “Todo o foco disso era: estão usando a Receita para instrumentalizar o Coaf para o Coaf fazer perseguições políticas. Então a Receita e o Coaf estão muito próximos”, disse.

No começo do ano, o governo enviou medida provisória ao Congresso mudando o Coaf do ministério da Fazenda para o Ministério da Justiça, de Sergio Moro. Mas os parlamentares mudaram o texto e transferiram o órgão ao Ministério da Economia.

Mais recentemente, uma medida provisória de Bolsonaro e Guedes mudou o nome do Coaf para UIF (Unidade de Inteligência Financeira) e transferiu o órgão para o Banco Central. “A ideia é que ele vai ser depositado dentro de um BC independente, para que não haja aparelhamento”, afirmou.

Apesar disso, Guedes diz que já há movimentações no Congresso para que os parlamentares possam indicar os integrantes da UIF. “Se começar algumas emendas, como eu vi, para políticos começarem a nomear pessoas lá dentro, aí prefiro que saia do BC. Se for para levar influência política para dentro do BC, aí ameaça a própria essência do BC”, disse. “Não pode haver um aparelhamento político dos órgãos de administração do Estado. São de Estado, não de governo”, disse.

As mudanças na Receita são mencionadas menos de duas semanas após a saída de Marcos Cintra (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/marcos-cintra-defensor-da-cpmf-deixa-comando-da-receita-federal.shtml>), que foi demitido do cargo de secretário especial da Receita sob a justificativa de discordâncias com o governo sobre a CPMF. No lugar, entrou o auditor aposentado José Barroso Testes Neto. “É uma pessoa

esteja virado pra dentro e que conheça muito a máquina. Tem aduana, tem a Receita, a arrecadação. Aquilo é uma maquina complexa", disse.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui \(https://login.folha.com.br/newsletter\)](https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store \(https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711\)](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) ou na [Google Play \(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/nao-queremos-uma-receita-abusiva-envolvida-em-tumultos-politicos-diz-guedes.shtml>

FOLHA DE S.PAULO



PREVIDÊNCIA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/MERCADO/PREVIDENCIA](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/previdencia))

Pressão de parlamentares por emendas adia votação da reforma da Previdência

Desarticulação política do governo é um dos fatores que pode atrapalhar votação da PEC

23.set.2019 às 16h44

Atualizado: 23.set.2019 às 19h23

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/24/>)

Thiago Resende

Daniel Carvalho

BRASÍLIA Por causa da pressão para liberação de emendas parlamentares, a votação da proposta de reforma da Previdência (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/previdencia/>) no plenário do Senado foi adiada de terça-feira (24) para quarta (25).

Deputados e senadores usam essas emendas

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/governo-vai-tentar-derrubar-emenda-incluida-por-relator-na-reforma-da-previdencia.shtml>) para destinar recursos a suas bases eleitorais. O governo vem negociando a liberação desse dinheiro para reduzir as resistências no Congresso em relação à proposta de mudança nas regras de aposentadorias e pensões.

Para atender a deputados, o presidente Jair Bolsonaro enviou um projeto de lei, em agosto, abrindo um crédito de quase R\$ 3 bilhões no Orçamento

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/por-previdencia-governo-envia-projeto-que-libera-r-3-bi-para->

[pagamento-de-emendas.shtml](#)). Interlocutores do Planalto reconhecem que cerca de R\$ 2 bilhões são para emendas parlamentares.

Esse projeto, porém, ainda não foi aprovado e está na fila de votações do plenário do Congresso.



A presidente da CCJ, senadora Simone Tebet, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e o senador Tasso Jereissati durante entrega do relatório da reforma da Previdência - Marcelo Camargo - 27.ago.2019/Agência Brasil

Diante da pressão, o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), marcou para esta terça (24) mais uma sessão que reúne deputados e senadores, bem no horário em que estava prevista o início da votação da reforma da Previdência no Senado. (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/relator-rejeita-emendas-e-previdencia-caminha-para-votacao-na-proxima-semana.shtml>)

O objetivo de Alcolumbre é votar vetos presidenciais e aprovar a abertura de crédito.

O início da análise da reforma no plenário do Senado havia sido acordado com líderes partidários do Senado em agosto. A data, portanto, teve que ser alterada.

O adiamento surpreendeu técnicos do governo que acompanham as negociações da reforma, mas que foram informados após a convocação da sessão do Congresso.

Inicialmente, a sessão do Congresso seria apenas na próxima semana, pois Alcolumbre não queria relacionar a votação do crédito para emendas com a PEC.

A desarticulação política do governo é um dos fatores que podem atrapalhar a votação da PEC (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/congresso-ja-cogita-quebrar-pec-paralela-em-duas-para-agilizar-reforma-nos-estados.shtml>) (proposta de emenda à Constituição) que reestrutura as regras de aposentadoria e pensões.

Uma ala do Senado também quer ser beneficiada pela liberação de emendas.

Articuladores de Bolsonaro no Congresso não sabem, no entanto, quando deve ser enviado um projeto que visa atender às demandas dos senadores.

Sem uma base unida, o governo corre risco de sofrer derrotas na votação da reforma, avaliam líderes do Senado.

Maior bancada da Casa, o MDB quer apresentar dois destaques ao texto principal. Destaques são instrumentos para que trechos da proposta sejam analisados separadamente.

As sugestões do partido ainda serão discutidas nesta terça. Parte dos senadores defende regras mais suaves para que o trabalhador possa receber o abono salarial, espécie de 14º salário pago pelo governo a trabalhadores com carteira assinada e baixa renda.

“Nós do MDB vamos aprovar o texto principal com alguns destaques. E, nesses destaques, é que terão alguns embates”, disse o líder do MDB, Eduardo Braga (AM).

No começo de setembro, com o apoio do MDB, a oposição quase conseguiu aprovar o destaque na CCJ (comissão de Constituição e Justiça) para manter as regras atuais de acesso ao abono salarial.

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/ccj-do-senado-aprova-texto-base-da-proposta-de-reforma-da-previdencia.shtml>

A votação foi desempatada pela presidente da CCJ, Simone Tebet (MSB-MS), que decidiu preservar o critério mais rígido: renda mensal de aproximadamente R\$ 1,3 mil. A regra atual paga o benefício para quem recebe até dois salários mínimo, cerca de R\$ 2 mil.

Há também reclamações no Senado em relação ao pacto federativo — conjunto de medidas que busca beneficiar estados e municípios

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/estados-pesam-ganhos-e-custos-politicos-com-reformas-proprias-da-previdencia.shtml>). Esse pacote tem objeto de negociação entre partidos e o ministro Paulo Guedes (Economia), mas pouco avançou no Congresso.

“Eu estou defendendo o pacto para compensarmos os recursos que a reforma da Previdência vai tirar dos trabalhadores do setor privado e servidores públicos”, declarou o líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA).

Apesar do adiamento da votação da reforma da Previdência no plenário, a proposta deverá ser analisada pela CCJ (comissão de Constituição e Justiça) na manhã desta terça.

Essa é a etapa anterior à apreciação no plenário, onde a PEC precisará do apoio de 49 dos 81 senadores. Ou seja, ampla maioria.

Essa é a mesma proporção para que destaques sejam derrubados no plenário. Sem articulação, o Senado poderá aprovar alterações que desidratam a reestruturação de regras de aposentadorias.

A análise ocorre menos de uma semana depois da operação da Polícia Federal que teve como alvo o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/pf-mira-lider-do-governo-bolsonaro-no-senado-e-faz-buscas-no-congresso.shtml>, por suposto recebimento de propina.

A última estimativa divulgada pelo governo aponta para uma economia de R\$ 876,7 bilhões em dez anos com a medida.

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/pec-da-reforma-da-previdencia-ira-gerar-r-876-bi-de-economia-diz-marinho.shtml>

A ação irritou Alcolumbre e líderes partidários

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/alcolumbre-critica-acao-da-pf-contra-lider-do-governo-e-diz-que-senado-questionara-stf.shtml> e gerou um clima de instabilidade e revanchismo às vésperas do primeiro teste da reforma no plenário do Senado.

A votação marcada para esta semana é apenas da PEC principal da reforma, que já foi aprovada pela Câmara.

O relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), incluiu mudanças ao texto em uma PEC paralela, que ainda não tem prazo para ser analisada e, depois, ainda precisará passar pelo crivo dos deputados.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) <https://login.folha.com.br/newsletter>). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/pressao-de-parlamentares-por-emendas-adia-votacao-da-reforma-da-previdencia.shtml>

Lei busca tributar acordo trabalhista

Acordos não podem apenas discriminar valores como indenizatórios, caso existam verbas de natureza remuneratória — como férias, 13º salário e horas extras

Por Adriana Aguiar — De São Paulo

24/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

Preocupado em garantir o recolhimento do Imposto de Renda e da contribuição previdenciária nos acordos judiciais e extrajudiciais firmados entre empresas e trabalhadores, o governo Jair Bolsonaro publicou ontem no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 13.876, estabelecendo parâmetros para a discriminação dos valores envolvidos nessas negociações.

Governo edita norma com novas regras para acordos trabalhistas

A nova norma acaba com a prática comum de estabelecer todo o valor a ser pago pela empresa como indenização (danos morais, prêmios e bonificações, por exemplo), para escapar da tributação.

A partir de agora, esses acordos não poderão mais estabelecer todo o montante como verbas indenizatórias caso o pedido inicial do trabalhador também inclua verbas de natureza remuneratória - e, portanto, tributáveis -, como por exemplo o pagamento de salários atrasados, férias, 13º salário e horas extras.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Nunca mais use esponjas de cozinha. Veja a melhor alternativa!

MEGA LUVA

LINK PATROCINADO

A Peugeot surpreende o mercado com o seu novo SUV

PEUGEOT

LINK PATROCINADO

Você os conhece? Eles são os brasileiros mais ricos do mundo

DESAFIO MUNDIAL

LINK PATROCINADO

Anti ronco simples e barato chega ao Brasil

SILENT SNORE

LINK PATROCINADO

Cansou de escadas? Instalação barata de plataforma cadeirante para casas!

PLATAFORMA ELEVATÓRIA | LINKS PROMOVIDOS

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela Tamanho Grande Numeração Especial 41 42 43

R\$ 189,92 - DOMINIODAMODA.COM.BR

Mais do Valor **Econômico**

Para analistas, equilibrar perda de entes é tarefa difícil

Proposta em tramitação na Câmara passa por “grande acordo entre Estados e municípios de maneira que ninguém perca receita”, diz economista

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

24/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

Seria extremamente complexo equilibrar as perdas e ganhos para Estados e municípios decorrentes da aprovação de uma das duas propostas de reforma tributária que tramitam formalmente no Congresso, apontam especialistas em finanças públicas.

“Municípios precisam ser compensados pelo eventual fim do ISS com a criação de outra competência própria de igual potencial arrecadador. Sem isso, ensino e saúde do país, sustentados pelas prefeituras, podem ser afetados duramente”, sustenta o economista José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

O fim do Imposto Sobre Serviços (ISS) está previsto tanto na proposta que tramita na Câmara dos Deputados (baseada em trabalho do economista Bernard Appy), como em outra que está no Senado. Em ambas, o ISS seria incorporado ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), também chamado de Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

A unificação entre o ISS e o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), conforme consta da proposta que está no Senado, não significaria necessariamente a melhor forma de adaptar a tributação à economia atual, na qual os serviços vêm aumentando seu peso.

“Serviços não são tributados só pelo ISS”, argumenta Afonso. “A incidência maior é de PIS/Cofins. Logo, não precisam [incorporar] o ISS para criar IBS ou IVA, desde que sejam incluídas as contribuições [PIS/Cofins].”

Para a economista-chefe do Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), Eduarda La Rocque, a proposta em tramitação na Câmara passa por “um grande acordo entre Estados e municípios de maneira que ninguém perca receita”, o que na visão dela é “algo extremamente complicado”. A economista frisa que o sistema tributário atual é muito regressivo (os mais pobres pagam mais impostos, em termos relativos) e o patrimônio e a riqueza são pouco taxados. “A criação do IVA não trata dessa questão específica [do patrimônio e da riqueza]”, pontua Eduarda.

Independentemente da reforma, o Brasil precisa de um sistema - ou fundo - de equalização fiscal que consiga captar as características de cada região ou localidade, desde suas necessidades e suas capacidades, até seus esforços fiscais e boas práticas de gestão, sustenta o especialista em finanças públicas Kleber Castro, sócio da Finance Consultoria Econômica. “Só assim é possível obter uma distribuição de recursos minimamente justa dentro da federação, tanto entre esferas de governo quanto entre entes da mesma esfera de governo.”

Estudo do Observatório de Informações Municipais (OIM) mostra que para todos os municípios a perda do ISS não seria compensada pela destinação de 50% do IPVA para as prefeituras, nem mesmo se fossem somados também os recursos do ITCD (Imposto sobre Transmissão, Causa Mortis e Doação, de competência estadual).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Você os conhece? Eles são os brasileiros mais ricos do mundo

DESAFIO MUNDIAL

LINK PATROCINADO

A Peugeot surpreende o mercado com o seu novo SUV

PEUGEOT

LINK PATROCINADO

Nunca mais use esponjas de cozinha. Veja a melhor alternativa!

Reflexos da reforma tributária no CTN

Com a criação de um único tributo e a extinção dos antigos, como fica a compensação tributária prevista na legislação?

Por Marcelo Annunziata

24/09/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas

Nunca se discutiu tanto sobre reforma tributária quanto neste ano. Parece que os políticos acordaram de vez para o problema fiscal no país.

As reformas em curso perante o Congresso Nacional visam em suma alterar o sistema para a sua simplificação e diminuir, com isso, a dificuldade de entendimento da tributação, promovendo maior transparência fiscal, unificação de tributos que possuam a mesma base (ainda que de entes tributantes diversos) e, por consequência, promover uma drástica redução de obrigações acessórias associadas aos tributos existentes.

PUBLICIDADE

Com a criação de um único tributo e a extinção dos antigos, como fica a compensação tributária prevista na legislação?

Por certo não haverá redução da carga tributária, até porque existe um notório déficit (diga-se de passagem) gigantesco nas contas públicas, então o que se tenta realizar com a simplificação é simplesmente tornar o sistema mais fácil de se conviver, ainda que estudos demonstrem que alguns setores da economia serão prejudicados em termos de carga fiscal enquanto outros em tese serão beneficiados.

Por melhores que sejam as intenções daqueles que estão à frente desses projetos, alguns aspectos práticos relevantes não estão sendo pensados para a transição de um sistema para o outro, especialmente no que toca alguns institutos previstos no direito tributário, tal como a compensação tributária, como adiante comentaremos.

É bom lembrar que a simplificação tributária proposta consiste especialmente na criação de um novo IVA/IBS (Imposto sobre o Valor Agregado ou Imposto sobre Bens e Serviços), que pretende unificar cinco tributos: três da União (Imposto de Renda, PIS e Cofins), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS).

Pretende-se que tal tributo seja de competência federal, gerido por um Comitê Gestor sob a liderança da União e com a participação dos Estados e municípios para que seja feita a correta distribuição dos montantes arrecadados.

Perceba-se que esse novo sistema tirará a autonomia que hoje Estados e municípios têm para legislar e arrecadar seus respectivos tributos, o que pode significar uma inconstitucionalidade já de largada por ferir o pacto federativo estabelecido originalmente na Constituição Federal e que, por ser cláusula pétrea, não pode ser alterado.

Ademais disso e particularmente para o problema que visamos enfrentar neste artigo, com a criação de um único tributo sob competência federal e a extinção dos antigos, como fica a compensação tributária que atualmente é prevista na legislação federal? Se uma empresa tiver, por exemplo, um crédito antigo de Cofins e tiver débitos vincendos de IVA/IBS poderá compensar? E seu tiver um crédito antigo de ICMS, poderá ser abatido dos futuros débitos de IVA/IBS?

O artigo 170 do CTN diz que a lei deverá prever as regras para a compensação a cargo de cada ente tributante. No caso federal, hoje vigora a Lei 9.430/96 (art. 74)

que em síntese permite compensar tributos federais entre si desde que administrados pela Receita Federal.

Supondo então que esse IVA/IBS fosse administrado em última análise pela Receita Federal, ainda que se considere a existência do mencionado Comitê Gestor, a compensação de Cofins com débito desse novo imposto seria viável pela atual legislação federal que trata a compensação. Entretanto, caso haja qualquer dúvida sobre a administração ser ou não exclusiva da Receita Federal, seria possível ainda assim o encontro de contas com base no art. 74 da Lei 9.430? Ou seria necessária a edição de uma nova lei?

Caso seja necessária uma nova lei, considerando que com certeza haverá muita coisa a regulamentar para a aplicação do novo sistema tributário, é quase certo que demorará para se preencher essa lacuna e é possível que os contribuintes, de uma hora para a outra, tenham suas compensações paralisadas, por impossibilidade de uso de seus créditos.

Já no caso de Estados e municípios, que em sua grande maioria até hoje não regulamentaram em suas competências a possibilidade de compensação tributária, teriam eles de aceitar as compensações como forma de devolução de sua parte no IVA/IBS? Não deveria haver alguma modificação/adaptação da legislação atinente à compensação? Seria necessária ou até mesmo conveniente uma alteração do artigo 170 do CTN para prever uma transição entre os sistemas (atual e futuro?).

Claro que não se espera que essa falta de continuidade de compensação vá ocorrer, mas vale neste momento o alerta. Além desse tema, é provável que outros problemas de transição venham a ocorrer e será necessário que o Poder Executivo e o Congresso Nacional rapidamente editem normas para que o sistema continue funcionando, sem deixar de fora questões tão importantes como a efetivação das compensações, como visto.

Devemos, portanto, ficar atentos para as repercussões possíveis da reforma tributária, e estarmos preparados para uma transição, na qual poderão ser necessárias várias adaptações e/ou alterações da legislação tributária, não somente no âmbito da Constituição Federal, mas também do CTN e das legislações de cada tributo. Precisamos estar preparados para “virar a chave” quando o momento apropriado se apresentar.

Senado adia reforma para votar projeto que libera R\$ 3 bi em emendas

Legislativo também analisa vetos presidenciais ao projeto sobre abuso de autoridade

Por Renan Truffi e Raphael Di Cunto — De Brasília

24/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas



Alcolumbre: sob pressão, presidente do Senado coloca proposta de liberação de emendas parlamentares e vetos presidenciais na pauta de votação de hoje — Foto: Roque de Sá/Agência Senado

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), decidiu adiar em um dia a votação da reforma da Previdência, prevista inicialmente para ser apreciada hoje, em primeiro turno, no plenário da Casa. A votação ficou para amanhã e o motivo é que os parlamentares decidiram passar na frente a votação de proposta que libera aproximadamente R\$ 3 bilhões em emendas parlamentares, usadas em suas próprias bases eleitorais. Além disso, deputados e senadores também devem apreciar hoje alguns vetos presidenciais, em especial os do projeto que define o crime de abuso de autoridade.

As propostas em questão estão na pauta da sessão do Congresso, convocada de última hora para hoje. Alcolumbre vinha sendo pressionado por deputados para que a Casa votasse projeto de lei, editado pelo governo Jair Bolsonaro, que libera os recursos do Orçamento como forma de garantir votos favoráveis à Previdência. As emendas são usadas pelos parlamentares para favorecerem obras e serviços em seus Estados e berços políticos. Em troca, eles se comprometem a votar projetos de interesse do Palácio do Planalto.

“Convoco para terça-feira [hoje], às 15 horas, sessão conjunta do Congresso Nacional destinada a análise de PLNs, entre eles o PLN 5/2019 [Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020] e vetos presidenciais. Por conta da realização da sessão do Congresso Nacional na próxima terça-feira, a votação em primeiro turno da Reforma da Previdência (PEC 6/2019), no Plenário do Senado Federal iniciará na quarta-feira [amanhã], às 16 horas”, escreveu Alcolumbre, em seu perfil nas redes sociais.

Na pauta da mesma sessão está também a proposta que trata do abuso de autoridade, que teve 19 pontos vetados por Bolsonaro e causou irritação de parte do Congresso. Alguns deputados defendem derrubar a maioria dos vetos impostos pelo presidente como forma de retomar o texto aprovado originalmente no Congresso, o que seria uma nova derrota para o Palácio do Planalto.

A articulação para colocar esses temas em votação acontece apenas alguns dias depois do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), ficar enfraquecido devido a uma operação da Polícia Federal que investiga ele e seu filho, o deputado Fernando Coelho Filho (DEM-PE), por desvios em obras públicas de gestões anteriores. A ideia dos parlamentares é votar essas duas pautas “sem a pressão do governo”, relatou um interlocutor. Isso porque, além do problema que

atingiu Bezerra, o presidente Jair Bolsonaro está ausente de Brasília devido à viagem para a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que acontece nesta semana em Nova York (EUA).

Na prática, a negociação pode afetar o calendário da reforma da Previdência. A votação do relatório, de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), ainda está mantida para hoje, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, mas o prazo final de entrega da reforma, programado para 10 de outubro, deve ficar prejudicado. Depois de passar em primeiro turno no Senado, a proposta ainda precisa ser aprovada novamente, no segundo turno de votação, também no Plenário.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Nunca mais use esponjas de cozinha. Veja a melhor alternativa!

MEGA LUVA

LINK PATROCINADO

A Peugeot surpreende o mercado com o seu novo SUV

PEUGEOT

LINK PATROCINADO

Você os conhece? Eles são os brasileiros mais ricos do mundo

DESAFIO MUNDIAL

LINK PATROCINADO

Anti ronco simples e barato chega ao Brasil

SILENT SNORE

LINK PATROCINADO

Cansou de escadas? Instalação barata de plataforma cadeirante para casas!

PLATAFORMA ELEVATÓRIA | LINKS PROMOVIDOS

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela Tamanho Grande Numeração Especial 41 42 43

R\$ 189,92 - DOMINIODAMODA.COM.BR

Governo gastará R\$ 64 bilhões em subsídios em 2020

Valor é cerca de R\$ 7 bi menor que a despesa neste ano. Recursos para programa Minha Casa Minha Vida cairão quase à metade

O Globo · 24 set. 2019 · MANOEL VENTURA manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Mesmo sob forte aperto nas contas públicas, com investimentos no menor nível em mais de dez anos, o governo gastará quase R\$ 64 bilhões em subsídios no próximo ano. A cifra representa uma redução de cerca de R\$ 7 bilhões na comparação com 2019. O dinheiro será usado para programas de incentivo à economia e ações do governo federal, como o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do BNDES, mesmo a linha de crédito já tendo chegado ao fim.

As estimativas foram encaminhadas pela equipe econômica ao Congresso Nacional, como complemento ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) do próximo ano. A maior parte dos gastos de 2020 será efetivamente desembolsada pelo Tesouro Nacional. Serão R\$ 35,5 bilhões nos chamados subsídios explícitos.

Nesse grupo, o maior peso fica com o Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), com R\$ 15,8 bilhões. O fundo foi criado na década de 1960 para garantir a amortização da dívida de financiamentos habitacionais. Ainda entre os subsídios explícitos calculados para 2020, o governo previu R\$ 2,7 bilhões para o programa habitacional Minha Casa Minha Vida. Neste ano, foram R\$ 5,1 bilhões para esse fim.

Outros R\$ 3,6 bilhões serão usados para a equalização de juros do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e R\$ 1,6 bilhão é referente ao PSI. Mesmo já extinto, o programa continuará pesando nas contas públicas até 2041. Isso porque, embora o governo já tenha mudado a forma de atuação do BNDES, ainda existe um passivo que precisa ser honrado.

A conta dos subsídios cresceu principalmente durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff. Isso contribuiu para a deterioração das contas públicas, que vão terminar 2019 com um rombo de R\$ 139 bilhões. Para o próximo, a previsão é de um resultado negativo de R\$ 124 bilhões.

O DOBRO DO INVESTIMENTO

Nos últimos anos, essa conta tem caído, na esteira da crise fiscal e diante da preocupação da equipe econômica com os gastos com subsídios e renúncias fiscais. Essa queda não impediu, no entanto, que a despesa com os subsídios explícitos em 2020 seja quase o dobro de todo o investimento público previsto na Ploa para 2020 (R\$ 19 bilhões).

Para os subsídios implícitos, a conta chegará a R\$ 28,3 bilhões em 2020. Esse tipo de benefício se caracteriza pela diferença entre o custo que o Tesouro tem para captar recursos no mercado e o custo contratual dos empréstimos concedidos.

No ano que vem, os subsídios com maior representatividade nessa categoria serão os destinados aos Fundos Constitucionais de Financiamento, com R\$ 10,3 bilhões. Em seguida, aparecem os empréstimos da União ao BNDES, com R\$ 4,7 bilhões, e os benefícios no programa para financiamento ao en-

sino superior (Fies), com R\$ 4 bilhões. Também pesa na conta o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com R\$ 4 bilhões.

ATUAÇÃO DA RECEITA

Guedes não quer que órgão ‘se exceda’ nem se envolva em ‘tumultos políticos’

O Globo · 24 set. 2019 · MANOEL VENTURA E MARCELLO CORRÊA economia@oglobo.com.br

Na primeira declaração pública após nomear o auditor fiscal aposentado José Barroso Tostes Neto como secretário da Receita Federal, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que quer alterar o rumo da atuação do Fisco, promovendo o que chamou de “renovação de espírito”, para que o órgão não “se exceda” nem se envolva em “tumultos”. E, em entrevista à rádio Jovem Pan, divulgada ontem, Guedes defendeu novamente a ideia de um imposto sobre transações financeiras. As declarações foram gravadas na última sexta-feira, mesmo dia em que o nome de Tostes foi anunciado para substituir o economista Marcos Cintra, exonerado do cargo há cerca de duas semanas por defender uma “nova CPMF”.



— Nós estamos dispostos a fazer uma renovação no espírito da Receita. Nós não queremos uma Receita abusiva, que se exceda, envolvida em tumultos políticos. A Receita Federal virou uma fronteira de disputa — disse Guedes.

INTERVENÇÃO DO SUPREMO

Guedes disse que o Supremo Tribunal Federal (STF) teve de intervir na atuação da Receita, pois, segundo ele, havia suspeita de que os algoritmos de fiscalização estavam dando margem a perseguições políticas. Ele lembrou que houve reclamações sobre a atuação do Fisco também dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e do próprio presidente Jair Bolsonaro.

—O presidente do Supremo entrou lá par afaze ruma intervenção na Receita Feder alporque eles estavam, aparentemente, sob suspeitado algoritmo, que estaria perseguindo, fazendo perseguições políticas. Aí vem o presidente da Câmara e reclama, o presidente do Senado reclama também. Aí vem o presidente da República achando também que tem filho perseguido pela Receita —comentou Guedes. Em agosto, Bolsonaro disse que a Receita Federal fez “uma devassa” em sua vida financeira ena vida de seus irmãos. Também em agosto, o ministro do STF Alexandre de Moraes determinou a suspensão de um procedimento de investigação da Receita relativa a 133 contribuintes, entre eles ministros da própria Corte e outras autoridades.

Procurado, o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, disse que não irá se manifestar. Maia e Alcolumbre não retornaram o pedido para comentar as afirmações de Guedes.

Entre funcionários da Receita, a avaliação é que mudanças no comando não devem alterar diretrizes nos procedimentos de fiscalização. Segundo um técnico, o Fisco é uma instituição “apolítica”, e auditores fiscais têm travas institucionais que os impedem de promover perseguições.

Deacordocomessafonte,os ruídos citados por Guedes podem ser evitados caso a Receita resolva intensificar a interlocução com autoridades que acreditam haver desvio de finalidade. Mudanças que apontem mais rapidamente eventuais irregularidades nas investigações ajudariam a diminuir o atrito. É improvável, no entanto, que Bolsonaro tenha espaço para interferir na autonomia do Fisco para, por exemplo, barrar apurações.

—Tostes tem um perfil técnico, bastante cioso de sua responsabilidade, comandou muito bem a Região Norte, foi coordenador de aduana. Se era essa a proposta (evitar investigações), botaram uma pessoa que vai defender o papel constitucional da Receita —disse a fonte do Fisco.

Na entrevista, Guedes avaliou ainda que havia uma relação “tóxica” entre a Receita e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), hoje vinculado ao Banco Central (BC). No início do governo, o órgão era vinculado ao Ministério da Justiça. Depois, foi devolvido, pelo Congresso, ao Ministério da Economia. No entanto, o ministro alertou para tentativas de nomeações políticas no próprio BC, por meio de emendas à medida provisória que está em análise no Congresso. Se isso avançar, afirmou, é melhor que o Coaf saia do BC.

DEFESA DA CPMF

Guedesdefendeuaindaaideia de um imposto sobre transações financeiras. Esse imposto é comparado à antiga CPMF. Para Guedes, o tributo é “feito”, mas serviria para baixar outras alíquotas, e não seria “cruel”, comoosencargostrabalhistas:

—Era esse imposto, pela potência fiscal dele, ele arrecada R\$150bilhões,queiapermitir alíquotas mais baixas de Imposto de Renda, alíquotas mais baixas de Imposto de Valor Adicionado (IVA, que seria criado a partir da fusão de outros impostos), alíquotas mais baixas de impostos trabalhistas. Tudo isso seria possibilitado por esse imposto.

O imposto sobre transações era um dos pilares da reforma tributária planejada pela equipe econômica, que previa também a desoneração da folha de salário das empresas. Após a saída de Cintra, Bolsonaro foi às redes sociais descartar a ideia do novo imposto. Segundo Guedes, a substituição de Cintra pode possibilitar que se converse “com calma” sobre a ideia:

—Vocês preferem a perversidade dos encargos trabalhistas do que o imposto feito? O impostosobretransaçãoéfeito, o outro é cruel. Você prefere o feio ou o cruel? Isso era uma opção que ofereceríamos. Estava no nosso programa oferecer essa opção.

Perguntado se o imposto foi descartado com a queda de Cintra, Guedes respondeu:

— O último que falou nisso foi demitido, então não vou falar nisso.

TRIBUTÁRIA ‘TUMULTUADA’

Para Guedes, a discussão sobre a reforma tributária ficou tumultuada após Câmara e Senado criarem propostas próprias e disputarem o protagonismo sobre o tema, inclusive com o Executivo:

— Começou essa dança atravessada, esse passo atravessado. A gente estava dançando e, de repente, os passos começaram a sair errado. Começou a bagunça e virou baile funk. Deram tiro para cima e começou a correria no salão. Pedimos: “Cintra, dá licença, vai embora”. Acalma tudo.

“Nós estamos dispostos a fazer uma renovação no espírito da Receita. Nós não queremos uma Receita abusiva, que se exceda, envolvida em tumultos políticos” _ Paulo Guedes, ministro da Economia

“Vocês preferem a perversidade dos encargos trabalhistas do que o imposto feio? O imposto sobre transação é feio, o outro é cruel. Você prefere o feio ou o cruel? Estava no nosso programa oferecer essa opção”

“(Na tributária) Começou essa dança atravessada. A gente estava dançando e, de repente, os passos começaram a sair errado. Começou a bagunça e virou baile funk. Deram tiro para cima e começou a correria no salão”

Tramitação da reforma da Previdência pode atrasar

Com adiamento do primeiro turno para amanhã, votação final deve ocorrer no dia 15 ou 16 deste mês, depois do previsto. Mudança de data seria forma de pressão do Senado para que governo libere verbas de emendas parlamentares

O Globo · 24 set. 2019 · GERALDA DOCA geralda@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Prevista para ocorrer hoje, a votação em primeiro turno da reforma da Previdência no plenário do Senado foi adiada para amanhã pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). A decisão pegou o governo de surpresa e poderá atrasar o cronograma de tramitação da proposta. O calendário previa que o primeiro turno seria nesta terça e o segundo turno, até 10 de outubro. Com isso, a votação final da reforma no Senado deverá ocorrer nos dias 15 ou 16 de outubro, segundo a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS).



Para manter o cronograma original será preciso um acordo com os líderes, inclusive da oposição, disse a líder. A razão é que, entre os dois turnos, é preciso contabilizar a partir da primeira discussão, um número de sessões, de cinco dias úteis (sem inclusão das segundas e sextas-feiras, que não têm sessão deliberativa).

— Se não houver acordo, a votação ocorrerá lá para o dia 15. Mas, como acordo de líderes, quebra-se o interstício entre a primeira e segunda discussão — disse Tebet.

O governo quer encerrar a votação da reforma da Previdência o mais rapidamente possível, em razão da festa de canonização de Irmã Dulce em Roma, prevista para o dia 20 outubro. Uma romaria de parlamentares deverá ir ao evento, o que esvaziará o Congresso. O atraso poderá postergar a aprovação final da reforma, considerada fundamental para sinalizar mudanças nos rumos da economia.

PROMESSA DE VERBAS

Formalmente, o adiamento da votação deve-se à decisão de Alcolumbre de antecipar a sessão do Congresso de quarta-feira para hoje na qual serão votados vetos governamentais e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Segundo interlocutores, esse movimento da presidência do Senado é uma forma de pressão junto ao Planalto.

O Senado quer pressionar o governo a cumprir a promessa, feita ainda durante a tramitação da reforma na Câmara dos Deputados, de liberar recursos de emendas parlamentares. Essa mudança é também demonstração de força do Legislativo em relação a eventuais vetos ao projeto de reforma partidária, no qual os políticos garantem verba para fundo eleitoral, com vistas à eleição municipal em 2020.

DESTAQUE CONTRA MUDANÇA

A votação da reforma da Previdência no plenário do Senado ocorrerá depois de o relatório do senador Tasso Jereissati (PSD B-CE) ser apreciado e aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, o que está previsto para amanhã de hoje. Durante a votação, o governo vai apresentar um destaque para tentar derrubar uma alteração feita pelo relator para beneficiar os servidores públicos.

Tasso retirou um dispositivo que tratava da incorporação de gratificações no valor da aposentadoria. No texto aprovado pela Câmara, essas vantagens passariam a ser computadas com base na média dos anos em que elas foram auferidas e não na sua integralidade, como ocorre atualmente.

Hoje, há casos de servidores que são promovidos ou fazem especializações no fim da carreira para incorporar os adicionais e aumentar o valor da aposentadoria. Era isso que o governo buscava evitar com a mudança de regra, que foi retirada por Tasso.

Ministro vê 'confusão danada' se Petrobras reajustar combustível

O Globo · 24 set. 2019

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse em entrevista à rádio Jovem Pan que reajustes nos preços de combustíveis vão sempre causar “confusão” e “barulho”. Para Guedes, é normal que o presidente Jair Bolsonar sonar ofiquep reocupado coma dimensão política desse ti pode medida, mas isso não significa uma tentativa de interferir nas decisões da Petrobras.

—Ué, vai ser um problema de novo. Vai ter barulho de novo. Vai ter uma confusão danada e vamos ver o que acontece no final. Até hoje, o final tem sido feliz, mas sempre tem barulho —disse Guedes, perguntado sobre o que ocorreria se a estatal reajustasse novamente o preço de combustíveis.

Na avaliação do ministro, Bolsonaro tem direito de se preocupar coma repercussão das decisões do tim e econômico. O ministro disse que o mesmo ocorre coma discussões sobre reajuste de salário mínimo. Sua equipe chegou a estudar tirar da Constituição a exigência de repor ao menos a inflação no piso nacional.

—Às vezes eu faço um barulho que é inconveniente, como CPMF, mas ele sabe que eu estou atento. Da mesma forma, às vezes ele fala: “Pô, esse preço do petróleo está subindo muito aí!” Não é que ele quer interferir. É que ele está preocupado com os caminhoneiros, preocupado com greve, que é a dimensão política. Um homem que tem 60 milhões de votos e é eleito presidente, te dá cinco ministérios, será que ele não tem direito dizer: “olha, não quero que fale em mexer em salário mínimo, isso aí politicamente é um veneno público” —comentou o ministro. (Marcello Corrêa e Manoel Ventura)

Veículo: Política Livre	
Data: 23/09/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Guedes vai propor criação de ‘Copom’ das contas públicas

Foto: José Cruz/Agência Brasil



O ministro da Economia, Paulo Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, vai propor a criação do Conselho Fiscal da República. A ideia é que o conselho seja uma espécie de Comitê de Política Monetária (COPOM) das contas públicas. A proposta é que o novo órgão tenha uma representatividade maior, incluindo representantes do Judiciário, Legislativo e governadores e prefeitos para avaliar as decisões de política fiscal e redução de despesas. O presidente da República deve fazer parte do novo conselho. O que se espera com esse desenho é uma avaliação mais global das finanças e com ela também uma maior responsabilização do impacto das decisões de gastos e redução de receitas para as contas do setor público. O foco é garantir um processo organizado de redução das despesas públicas. O “Copom fiscal” vai se reunir periodicamente e traçar as metas fiscais. O desenho ainda está sendo formulado pela equipe econômica. Segundo apurou o Estado, a criação do Conselho Fiscal da República vai integrar a Proposta de Emenda Constitucional do chamado Pacto Federativo, que Guedes pretende enviar ainda esse ano ao Congresso. O modelo é mais amplo do que o Conselho de Gestão Fiscal (CGF), previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) mas que ainda não foi regulamentado. Projeto em tramitação no Senado prevê a organização e funcionamento do CGF para monitorar as despesas dos Estados, além de promover debates e divulgar análises, estatísticas fiscais, estudos e diagnósticos.

Estadão Conteúdo

Veículo: Tribuna da Bahia	
Data 23/09/2019	Caderno:



Parlamento discute criar fórmula para deter supersalários



ESTADÃO

Com a persistência do pagamento de salários ao funcionalismo acima do teto constitucional, parlamentares ensaiam uma tentativa de resgatar um projeto de lei que regulamenta o que é ou não um "penduricalho" e que daria ao governo mais instrumentos para barrar os supersalários. A proposta poderia gerar uma economia de ao menos R\$ 1,16 bilhão ao ano, segundo cálculos iniciais.

Pela proposta, todo tipo de pagamento passa a estar

sujeito ao teto, exceto verbas de caráter indenizatório. O texto estabelece limites máximos para auxílio-moradia, diárias de viagem e auxílio-creche e critérios rígidos para concessão de auxílio-moradia. Já o ressarcimento por gastos médicos e odontológicos seriam efetivados apenas nos termos do plano de saúde do servidor.

O projeto de lei voltou a fazer parte das conversas na Câmara dos Deputados por ser visto como uma bandeira de maior apelo junto à população do que a impopular reforma da Previdência, que

dominou as discussões na Casa durante o primeiro semestre. Na semana seguinte à que os deputados aprovaram a criminalização do abuso de autoridade, 13 líderes de partidos de direita e esquerda protocolaram um pedido de urgência para levar ao plenário a proposta que mira os supersalários. Naqueles dias, organizações de juizes, policiais e procuradores fizeram forte pressão para que o presidente Jair Bolsonaro vetasse a lei do abuso, o que encorajou os congressistas a tentar cortar os penduricalhos dessas categorias.

O partido Novo não assinou o pedido de urgência, mas fez uma pesquisa que analisou 217.873 folhas de pagamento de auditores, diplomatas, advogados da União, procuradores fazendários, juizes e desembargadores, de fevereiro a junho deste ano. Descobriu que os magistrados recebem em média R\$ 46,2 mil mensais graças aos benefícios extra-teto.

O relator do projeto de lei, deputado Rubens Bueno (CDD-PR), admite que passou a ser procurado pelos colegas nos corredores da Câmara.

Veículo: G1	
Data: 24/09/2019	Caderno: Economia



Arrecadação é a melhor para agosto em 5 anos e atinge R\$ 1 trilhão na parcial de 2019

Números foram divulgados nesta terça-feira pela Secretaria da Receita Federal.

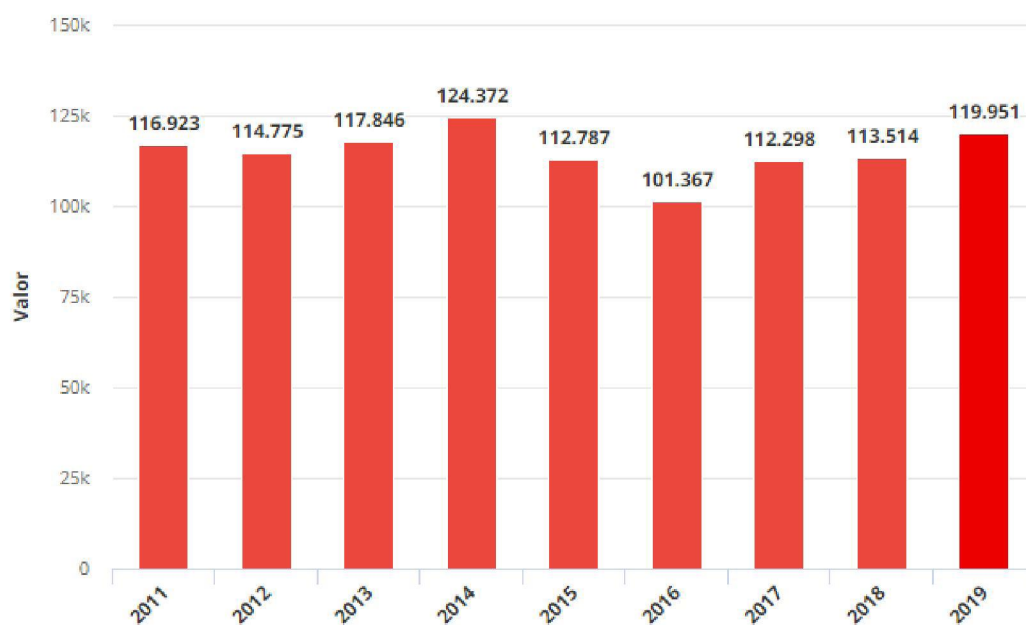
Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

24/09/2019 10h34 Atualizado há 7 minutos

A arrecadação de impostos, contribuições e demais receitas federais registrou alta real (descontada a inflação) de 5,67% em agosto, contra o mesmo mês do ano passado, para R\$ 119,951 bilhões, informou nesta terça-feira (24) a Receita Federal.

Em agosto de 2018, a arrecadação somou R\$ 113,514 bilhões. De acordo com dados da Receita Federal, esse também foi o melhor resultado para meses de agosto desde 2014 (ou seja, em 5 anos) – quando o resultado havia sido de R\$ 124,372 bilhões. Os valores foram corrigidos pela inflação.

Arrecadação federal para meses de agosto Em bilhões de R\$ (valores corrigidos pelo IPCA)



Fonte: Receita Federal

Parcial do ano

No acumulado dos oito primeiros meses deste ano, a arrecadação somou R\$ 1,015 trilhão, com aumento real de 2,39% frente ao mesmo período do ano passado. Trata-se do melhor resultado para os oito primeiros meses de um ano desde 2014.

Essa também foi a primeira vez, desde 2014, que a arrecadação federal atingiu a marca de R\$ 1 trilhão no mês de agosto. Nos últimos quatro anos, esse patamar foi atingido somente no mês de setembro.

Segundo a Receita Federal, parte do crescimento da arrecadação, no começo deste ano, está relacionada com o resultado ainda de 2018, pois as empresas recolheram esses valores no primeiro trimestre deste ano.

Meta fiscal

O comportamento da arrecadação é importante porque ajuda o governo a tentar cumprir a meta fiscal, ou seja, o resultado para as contas públicas.

Para 2019, a meta do governo é de um déficit (resultado negativo, sem contar as despesas com juros) de até R\$ 139 bilhões.

No ano passado, o rombo fiscal somou R\$ 120 bilhões. Foi o quinto ano seguido de rombo nas contas públicas.

A consequência de as contas públicas registrarem déficits fiscais seguidos são o aumento da dívida pública e possíveis impactos inflacionários.